

Consequências do pacote

JUREMA MARIA
Da Editoria de Economia

O novo "pacote" econômico, que vai ser anunciado ao que tudo indica, nessa quarta-feira, com vistas a diminuir o déficit público e reajustar a economia brasileira aos padrões estabelecidos pelo Fundo Monetário Internacional, "trará consequências imprevisíveis no futuro e levará o país a uma acelerada desorganização". Em troca de alguns milhões de dólares, o Brasil entregará a sua estabilidade interna de forma quase irreversível. Esta é a opinião do conceituado economista, Dércio Garcia Munhoz, professor da Universidade de Brasília, que aponta as estatais como o principal bode expiatório a ser atacado pelo novo "pacote".

ESTATAIS

Para Munhoz a economia que é esperada de Cr\$ 1,5 trilhão com o corte nas estatais é "uma fantasia, não é possível gerar essa economia monstruosa com os cortes pretendidos" - assegura ele. Afinal o que eles chamam de déficit nas estatais? Indaga Dércio Munhoz, "ou há um engano na elaboração dos dados do documento da SEST ou má fé. Neste documento a maior destinação de verbas é para a educação, algo em torno de Cr\$ 600 bilhões para primeiro e segundo graus e universidades, quase 20% do total. São empresas estatais?" - pergunta Munhoz.

"E o DNER, cuja função é de construir estradas, cabe ao estado como deve ser, consta lá no documento como empresa estatal. O mesmo ocorre com CNPQ, FGC, Ipea, IBGE, Embrapa, Embrater, que não são estatais, não têm renda, não têm receita, não podem ser consideradas empresas estatais". Acredito, salientou Munhoz, que haja um grande equívoco conceitual no documento da SEST.

Empresas como a Rede Ferroviária Federal, explicou o economista, que é uma estatal e que conta no orçamento com Cr\$ 300 e poucos bilhões do Governo Federal, não está com déficit. O problema é que a obrigaram a tomar empréstimos em dólar no exterior, como fizeram com outras, para que fornecessem dólares ao Banco Central, para que ele não ficasse insolvente, e por conseguinte, o país. Essas empresas tiveram um aporte de recursos para aumento de capital que foi autorizado pelo Governo como seu grande acionista, não há um déficit operacional como insistem em dizer, advertiu Munhoz.

"Há abusos nas estatais, reconhece o economista, mas isso decorre do fato de não se ter controle político sobre essas empresas, e a contenção destes gastos não vai gerar essa economia anunciada, o que está sendo feito no entender de Munhoz, é um alarde sobre as mordomias das estatais, fazendo com que a população se volte para elas como se fossem as grandes responsáveis".

Empresas como Itaipu, Tucuruí e Tubarão, que ainda não vendem nada, disse Munhoz, não estão com déficit, elas têm o custo de manutenção, apenas, pois o retorno esperado do investimento ainda não veio. E há também o problema do mal dimensionamento destas obras pelo Governo e não pelo presidente da empresa. "O Simonsen (ex-ministro da Fazenda no Governo Geisel) - lembra Munhoz - dizia que o país era uma ilha de prosperidade e o Velloso (ex-ministro do Planejamento do mesmo Governo) mantinha projeções de demandas irreais e a ordem era construir!". Muitas empresas, acrescenta o economista, foram vítimas da ilusão do crescimento da economia nos anos 70, enquanto financiavam dólares para o Banco Central. Um dirigente de uma empresa como Tubarão, diz Munhoz, deve estar pensando, "o que eu faço com aço se eu só tenho juros agora?"

Se o pacote for apresentado como é esperado, disse o economista, estará imbutido nele uma tentativa de desarticulação de algumas empresas estatais com a alegação de que estão falidas para que as medidas duras se justifiquem. Já que o compromisso com o Fundo, lembra Munhoz, é facilitar a remessa de lucros ao exterior, e como o presidente do Banco Central tem dito sempre que "a economia deve ser livre", as duas coisas se casam - salienta - enfraquecimento das estatais e remessas de lucros aumentadas. "É possível que esteja sendo programado um assalto ao setor de estatais por parte de empresas estrangeiras" - preconiza Dércio Munhoz.

RESOLUÇÃO 802

O professor Munhoz acredita que, "certamente a Resolução 802 do Banco Central que atrela correção cambial, monetária e inflação, será extinta". Ela foi absurda - disse ele - eu nunca vi ninguém se auto-immobilizar dessa forma. No entender do professor a crise de credibilidade porque passa o Governo foi a justificativa de tal medida que tinha por objetivo afastar a possibilidade de uma nova maxidesvalorização do cruzeiro.

CONTA-PETRÓLEO

A questão do subsídio ao petróleo, explicou Munhoz, não é simples. Há uma parte do preço que é o imposto que o Governo joga em cima do petróleo na formação dos preços. Como já faz algum tempo que o Governo não reajusta os preços dos combustíveis, a conta-petróleo está

aumentando, e está aumentando artificialmente, salientou Munhoz, com o objetivo de criar um clima de que há um grande subsídio. O motivo disso, para Munhoz, é a recomendação do FMI de que os combustíveis subam 20% a mais do que a inflação, o que ele classificou de "uma loucura". A alegação para tal exigência, disse Munhoz, é para que as importações sejam diminuídas e passe a ser praticado um preço real sem subsídio e a conta-petróleo seja extinta.

DESINDEXAÇÃO

A tão comentada desindexação, seja lenta ou bruta, explicou o economista, não é tão simples quanto pode parecer, disse ele. Se por um lado você deixa de repassar para os salários a perda de poder que eles sofreram com a inflação, por outro, reduziria a correção monetária que por sua vez afetaria a dívida pública interna e os depósitos em cadernetas de poupança. "E preciso tomar cuidado - enfatiza Munhoz - o Governo vai permitir o mercado negro livre de dólares, o de ouro, assim como a fuga de dólares para o exterior?"

Se estes índices, correção monetária e Índice Nacional de Preços ao Consumidor não mais refletirem a inflação do mês anterior, no caso dos salários vai haver um achatamento quase insuportável, o que irá gerar um problema político, os sindicatos entrarão em cena. Em face disso, no entender de Munhoz, o Governo não usaria a força, e no auge do desespero, iria promover um tabelamento dos produtos alimentícios principalmente e também nas taxas de juros, duas medidas distorcidas que não funcionarão. É possível, ele indaga, tabelar um sujeito que tem custos crescentes? E a dívida pública, como seria rolada?"

Chegaremos a um impasse, disse Munhoz, estas medidas do novo pacote irão agravar o desemprego no país, entraríamos em recessão muito mais profunda, e também não iríamos gerar dólar e seria preciso um arbítrio muito grande no INPC e muito artificialismo nas Cadernetas de Poupança. Munhoz, ressalta, porém, "este caminho é coerente com o tipo de política que o Governo vem fazendo, e com a incapacidade de perceber que o acordo com o FMI não iria trazer nenhum benefício ao país.

JUROS E DÍVIDA INTERNA

Ao se remunerar menos as ORTNs, explicou Munhoz, espera-se que a dívida interna cresça menos, que já está perto de Cr\$ 11 trilhões, mas - disse ele - veja bem, além da correção monetária, o Governo está pagando 40% reais acima da inflação referente a juros, comissões, descontos etc, para colocar os seus papéis no mercado, tal é a quantidade deles.

Surge, então, a questão: quem vai perder se a correção monetária for manipulada para baixo? - indaga o economista. As taxas de juros jamais se reduzirão espontaneamente, os bancos se apropriaram de uma faixa crescente da renda do país que eles não devolverão. É impossível falar em desindexação se o sistema financeiro continuar com a apropriação ilegítima de rendas, e o sacrifício ficar concentrado só na mão dos assalariados.

O professor de Economia sugere que as aplicações de curto prazo dos títulos do Governo devam ter uma correção simbólica anual de 20%, por exemplo, seria um outro título público e não ORTN, com correção baixa como única alternativa das empresas aplicarem seus encaixes diários, dos indivíduos de alta renda realizarem aplicações de curto prazo, e também para os bancos aplicarem seus encaixes.

Segundo Munhoz, é a única alternativa, um título com correção baixa com vistas a esvaziar a especulação financeira, e para complementá-lo precisaria de algumas medidas na área do mercado paralelo de câmbio e do ouro para tornar a proposta praticável. Assim, os títulos públicos sairiam dessa concorrência predatória; não é com arbitrariedades na correção monetária que isso vai ser conseguido.

DEFICIT PÚBLICO

Segundo Munhoz, a questão do déficit público como vem sendo colocada, "é uma grande ficção", os maiores problemas que a nação enfrenta é a dívida pública interna e a dívida externa do Governo Federal, e também a necessidade de financiar as exportações. Isso, explicou o economista, está exigindo um subsídio muito grande, não tem conta de recursos para cobrir, como tem a agricultura. A concessão de crédito-prêmio para a exportação e subsídios fiscais, assim como as duas dívidas, reiterou Munhoz, é que produzem "o grande rombo" no Governo.

SUBSÍDIOS AGRÍCOLAS

A retirada de subsídios agrícolas, disse Munhoz, terá seu maior reflexo no próximo ano em queda de área plantada e aumento de preços. A inflação, salientou o economista, que ainda se ressentia do mal irreversível da maxidesvalorização de fevereiro, mas tende a alcançar no próximo ano o assustador patamar de 300%.